

SEBRAE
ES

A GAZETA

ESPECIAL

VITÓRIA-ES, SEXTA-FEIRA, 14 DE NOVEMBRO DE 2003



AJ 00351-1

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
BIBLIOTECA

Nº 05

AGRONEGÓCIO

O futuro nasce aqui.

REALIZAÇÃO

PATROCÍNIO

APOIO



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Agricultura

CITAGUA
FAZENDO MAIS PARA VOCÊ



Fiação Espírito Santo S/A

A GAZETA 75

Escolas agrícolas interagem melhor com as comunidades

A rede Mepes possui 14 Escolas-Famílias, das quais cinco atendem também ao Ensino Médio Profissionalizante

As Escolas-Famílias Agrícolas (EFAs) do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (Mepes), organização escolar inspirada no modelo italiano, adota a Pedagogia da Alternância, que alterna períodos dos alunos nas salas de aulas com períodos em casa, junto às famílias. A sua gestão é realizada pela Associação de Pais em parceria com a entidade mantenedora, o que garante uma maior interação entre todos os atores sociais no cotidiano da escola e das comunidades rurais, normalmente centradas na agricultura familiar.

Com a frequência alternada, este tipo de escola facilita a presença do aluno na sala de aula, sem representar perda de mão-de-obra para as unidades familiares. Ao garantir um ensino adequado ao meio rural, evita o deslocamento do aluno do campo para as cidades, através das frotas municipais de ônibus.

Hoje, no Espírito Santo, a rede Mepes possui 14 Escolas Famílias, das quais cinco atendem também ao Ensino Médio Profissionalizante, envolvendo cerca de 100 monitores, 2 mil alunos, milhares de ex-alunos e cerca de 6 mil membros das Associações de Pais, além de prestar assessoria pedagógica a outras 10 escolas municipais, que adotam a pedagogia da alternância.

Ceier

Os Centros Estaduais Integrados de Educação Rural (Ceiers) foram criados em 1982 em Boa Esperança e em 1983 em Águia Branca e Vila Pavão, pela Secretaria de Estado da Educação (Sedu), em convênio com as prefeituras municipais e o Ministério da Educação e Cultura que repassou os recursos para aquisição do terreno e construção.

O Ceier é uma escola estadual com ensino voltado para os filhos de agricultores familiares. Funciona em tempo integral, com regime de semi-internato, oferece formação geral e forma-



As Escolas-Famílias do Mepes proporcionam a integração de alunos, professores e pais, garantindo ensino adequado ao meio rural

Divulgação

ção especial em agropecuária e economia doméstica, de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental. Sua localização estratégica proporciona uma integração das comunidades rurais. Através de uma adequação, o currículo e o calendário são adaptados à realidade de cada região.

No seu dia-a-dia, o Ceier desenvolve atividades que resultam em benefícios para a melhoria das condições de vida e de trabalho dos agricultores familiares. Estas atividades vão desde o desenvolvimento de uma agricultura agroecológica, que utiliza os recursos disponíveis na proprie-

dade e que respeita a natureza, até uma programação de cursos e palestras destinados às comunidades e grupos organizados.

O Ceier, além de receber visitantes, agricultores e estagiários em suas experiências, faz repasse de mudas, sementes, reprodutores e informações. Os

Centros valorizam a prática do aprender fazendo, respeitando o conhecimento de cada um e, acima de tudo, defendem uma agricultura economicamente viável, socialmente justa e ecologicamente sustentável.

Um dos principais problemas encontrados hoje refere-se à constante rotatividade dos integrantes de cada equipe, devido à falta de estabilidade e valorização dos profissionais que são contratados por Designação Temporária (DT), bem como dos profissionais das Ciências Agrárias (zootecnistas, veterinários, engenheiros agrônomos, economistas domésticos e técnicos agrícolas), que desempenham um importante papel para o desenvolvimento rural sustentável.

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO RURAL

- Fortalecimento e expansão da pedagogia da alternância
- Adequação da estrutura curricular à realidade do campo e calendário apropriado às necessidades do meio rural
- Formação de um quadro

- fixo de professores habilitados
- Ampliação das parcerias (ensino, pesquisa, extensão, ongs) para a capacitação do corpo docente
- Investimentos em instalações físicas adequadas ao trabalho

- pedagógico
- Garantia da sustentabilidade financeira das Escolas Rurais diferenciadas
- Reestruturação de um fórum estadual de políticas públicas para a educação do Campo/Rural

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

Educação rural tem novos rumos

Os modernos métodos de ensino no campo devem ser adaptados às peculiaridades da vida rural

Há algumas décadas, acreditava-se, no País, que a população rural não precisava aprender a ler e a escrever, numa clara negação do direito de acesso e permanência na escola para a população do campo, bem como predominava o entendimento de que rural era tudo o que sobrava do urbano e era sinônimo de atraso.

As escolas do campo/rurais convencionais mantiveram seus portões fechados para a comunidade escolar, sem interagir com os pais e mães dos alunos, que só eram chamados para ouvir as reclamações sobre o comportamento dos filhos, mas nunca sobre horário, o calendário, conteúdos, avaliações.

Currículo

As questões que interessam à juventude, como trabalho, renda, terra, meio ambiente, afetividade, sexualidade e violência não constavam do currículo escolar. Em grande medida, os alunos rurais abandonavam prematuramente a escola, não só pela insuficiência técnica dos professores, precariedade da infra-estrutura, distância das escolas, mas, principalmente porque não conseguiam perceber utilidade e aplicabilidade aos conteúdos que lhes eram ensinados, que não respondiam aos seus interesses e aspirações.

Além disso, a necessidade

da mão-de-obra dos filhos para completar o orçamento das famílias, frente à atual crise financeira que tanto tem penalizado os agricultores familiares, também contribuiu para esta evasão escolar.

Segundo o Censo de 2000, da população entre 15 e 19 anos, com pouco mais de 16 milhões habitantes, apenas 2% dos jovens rurais chegam ao ensino médio, enquanto apenas 43,8% dos que iniciam o ensino médio conseguem concluí-lo. Sabe-se que 54% do total de matriculados estudam à noite, podendo-se supor que muitos já estejam inseridos no mercado de trabalho.

Todo este contexto ajuda a explicar porque o Estado relegou a escola do campo/rural a um plano inferior, na maioria das regiões brasileiras, tendo transferido, até a década de 70, este seu encargo à iniciativa de particulares e das comunidades. Da mesma forma, ajuda a entender porque o Brasil rural apresenta, hoje, os mais baixos índices de escolaridade de toda a sociedade brasileira, como também explica porque do total de trabalhadores analfabetos, nada menos do que 32,7%, estão no meio rural.

Ao longo das duas últimas décadas foi tomando corpo entre as pessoas comprometidas com a educação para o meio rural, um sentimento da necessidade de



Roberly Pereira

Modelos inadequados levam à evasão escolar e ao êxodo rural

uma educação diferenciada, que atenda aos anseios dos jovens rurais e de suas famílias.

Como um marco histórico, a Constituição de 1988 abriu caminhos para a sociedade discutir como seria essa nova escola, mais adequada aos interesses do campo. Anos depois, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB- Lei nº 9394/96) abriu a perspectiva de consolidação de um novo modelo, no artigo 28, ao anunciar: "...na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua

adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: a) conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; b) organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; c) adequação à natureza do trabalho na zona rural".

Institui-se, assim, o direito à igualdade do acesso à educação e do respeito às diferenças, possibilitando mudanças significativas nas constituições esta-

duais e a abertura de caminhos para uma educação que respeita a realidade do campo, além de fixar, no artigo 1º da LDB, um conceito bem mais amplo e complexo da educação, do que apenas sinônimo de ensino: "A educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem nas instituições de ensino e pesquisa, na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais".

A partir da LDB/96 a luta por uma educação do campo/rural diferenciada, pública e de qualidade, com garantia de acesso e permanência, foi incorporada à pauta de diferentes organizações e entidades, constituindo-se num amplo movimento pedagógico nacional. Desde então, diversos governos estaduais e municipais, com suas respectivas secretarias, várias ONGs, pastorais, escolas de formação sindicais e organizações rurais vêm formulando uma nova concepção pedagógica, ajustando a organização curricular e estrutura da escola à realidade das populações rurais, comprometendo esta nova escola com a construção de um projeto de sustentabilidade para o Brasil rural.

Estado tem fábrica de fios de algodão

Está localizada no município de Ibirajá a primeira indústria de fios de algodão para malharia implantada no Espírito Santo. Trata-se da Fiação Espírito Santo (Fiesa), que é a responsável pela compra de toda a produção capixaba de algodão.

Em novembro do ano passado a Fiesa iniciou a produção de forma experimental de uma das linhas de produção. Atualmente, operando com 40% de sua capacidade instalada, produz diariamente 4 mil quilos de fios 30/1 "OPEN-END", o equi-

valente a 120 toneladas mensais. Em abril deste ano entrou em operação a segunda linha de produção de fios cardados/penteados, concluindo com isso a primeira etapa do Projeto Fiesa e gerando cerca de 500 empregos.

Os planos da Fiação Espírito Santo para os próximos anos são expandir a sua área operacional, produzir com capacidade total em torno de 1 milhão de quilos de fios de algodão por mês e direcionar, futuramente, seu produto para o mercado externo.

A Fiesa é um empreendimento do Grupo Empresarial Polido, que desde 1983 vem exercendo sua vocação para área têxtil no Estado. As atividades do Grupo Polido foram iniciadas com uma confecção de roupas de vendas diretas ao consumidor através de lojas de varejo.

Mais tarde, em 1989, o Grupo deu início a comercialização de tecidos com produção terceirizada e já em 1993 partiu para a industrialização de tecidos de malha, através da Poltex, com uma produção de

30 mil kg/mês. Em 2000, atingiu a meta de produção de 300 mil kg/mês, com vendas de tecidos e confecções para todo o Brasil.

ES já plantou algodão

O Espírito Santo já foi grande produtor de algodão e, atualmente, praticamente não possui área plantada com essa cultura. Contudo, às condições climáticas e de topografia favoráveis, principalmente no Norte do Espírito Santo, indicam a possibilidade de expansão do al-

godoeiro no Estado. "O ideal é que o produtor se conscientize da importância da fábrica e que inicie os plantios de algodão em áreas aptas, no sentido da diversificação de sua produção e renda", afirmou o diretor industrial da Fiesa, Cláudio Batista. Segundo Batista, a cotonicultura é uma alternativa para alavancar o setor de agricultura e de confecção do Estado, considerando a importância que o algodão teve para a economia capixaba em décadas passadas.

Crédito é fundamental para desenvolvimento da agricultura

O surgimento do Pronaf deu nova dinâmica ao crédito rural do Estado, a partir de 1996

O Espírito Santo tem uma experiência positiva com relação à aplicação de recursos financeiros de crédito rural. Desde 1958, a então Associação de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo (hoje Incaper) e o Banco de Crédito e Assistência Rural do Espírito Santo, hoje Banestes, desenvolveram um programa conjunto de crédito rural voltado, principalmente, para os produtos agrícolas que sustentaram a renda dos agricultores daquela época (café, leite, cereais, aves e ovos).

No período entre 1958 e 1987, o crédito rural ampliado com recursos financeiros de linhas operadas pelo Bandes e Banco do Brasil contribuiu substancialmente para a modernização do setor primário da economia estadual. Lembrando que, neste período, o crédito era praticado com encargos financeiros e taxas negativas, embutidos subsídios à utilização de capital produtivo, como forma de modernizar o setor.

Correção

No entanto, em meados de 1987, o Governo Federal decidiu

retirar os subsídios de crédito rural elevando os juros reais e introduzindo um indexador de correção monetária, a TR. Além disso, o montante de recursos disponíveis, anualmente, reduziu-se em 76% de um total de R\$ 261 milhões em 1985, para R\$ 62,5 milhões em 1995/96, segundo dados do Censo Agropecuário (IBGE).

Esses fatos geraram um decréscimo na taxa de investimentos no setor na ordem de 43% e uma redução na utilização do crédito rural no Espírito Santo de 85%, passando de 25% de propriedades com crédito em 1985, para apenas 3,6% das propriedades com crédito em 1996.

De acordo com levantamento feito pelo Plano Estratégico da Agricultura Capixaba (Pedeag), a partir de 1996, com o surgimento do Pronaf, iniciou-se um processo de reversão desse quadro, por se tratar de linhas de crédito a juros baixos ou negativos, e direcionadas aos agricultores familiares. Destaca-se ainda a inclusão da região Norte na área de influência da Sudene e o início das operações de crédito, no Estado, pelo Banco do Nordeste.



Léo Júnior

As novas taxas de juros ajudaram os produtores a adquirir equipamentos mais modernos e eficientes

SICOOB É DESTAQUE NO CRÉDITO RURAL

■ O Sicoob (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil) é destaque na aplicação de crédito rural no Espírito Santo, nos últimos anos. Este agente, que respondia por apenas 2,2% do valor total disponibilizado, no quadriênio 1995/1998, aumentou para 26,5% a sua participação no total de crédito rural movimentado no Estado no ano de 2002. Com 26.624 sócios no Estado, o Sistema reúne sete Cooperativas de Crédito Rural, a Credirochas e a Cretovale (dos colaboradores da Companhia Vale do Rio Doce). Pertencem ao Sicoob-ES as Cooperativas de Crédito Rural de São

Gabriel, Linhares, Rio Bananal, Santa Maria de Jetibá, Alfredo Chaves, Cachoeiro de Itapemirim e Venda Nova do Imigrante. Atuando também como repassador de recursos das linhas de crédito do BNDES e do Funcafé, a instituição trabalha com 47 agências, em 44 municípios capixabas. O volume de recursos liberados pelo Sicoob no Espírito Santo para financiar atividades agropecuárias aumentou 76,3% nos primeiros nove meses deste ano, quando alcançou o montante de R\$ 59,5 milhões emprestados. Até setembro de 2003, foram realizadas 4.094 operações de crédito rural.

PRINCIPAIS GARGALOS

■ Dificuldade de obter o crédito, principalmente para investimento, em face de garantias exigidas pelos agentes financeiros

■ Recursos insuficientes e não específicos para algumas cadeias que compõem o agronegócio

Propostas para o crédito rural

■ Estabelecer linhas de crédito, segundo as especificidades de cada cadeia produtiva do agronegócio;

■ Criar mecanismos de garantia de crédito, com o objetivo de viabilizar a aplicação dos créditos de custeio e investimento;

■ Desenvolver campanhas de intensificação de aplicação de crédito de investimento;

■ Articular, em nível federal, a ampliação de recursos financeiros para crédito rural no Estado;

■ Agilizar a concessão de crédito rural para custeio, via orçamento pré-estabelecido, conforme as normas do Banco Central;

■ Renegociar dívidas pendentes dos agropecuaristas;

■ Padronizar os formulários entre os agentes financeiros e simplificá-los para a agricultura familiar;

■ Ampliar os treinamentos para capacitação de técnicos que operam com crédito rural;

■ Ampliar a constituição de fundos garantidores visando aumentar a liquidez e reduzir os riscos das aplicações;

■ Reduzir os custos dos serviços cartorários;

■ Estimular o crédito solidário, principalmente entre os agricultores familiares;

■ Substituir, gradativamente, a exigência de alienação fiduciária por outras formas de garantia.

Bancos aplicam R\$ 214,9 milhões

O montante se refere às contratações de crédito rural realizadas durante o ano de 2002

Analizando os valores totais aplicados entre 1995 a 2002, observa-se um crescimento continuado, à exceção dos anos de 1997 – quando ocorreu um período de estiagem severa – e de 2001, em razão da redução acentuada dos preços do café. Observa-se, ainda, que o Banco do Brasil é o principal agente financeiro repassador dos recursos do crédito rural.

Outro fato que chama a atenção é o crescimento das contratações pelo Sicoob. Este agente, que respondia por apenas 2,2% do valor

total aplicado no quadriênio 95/98, aumentou para 15,6% de todas as aplicações em crédito rural no Estado do Espírito Santo no quadriênio 99/2002.

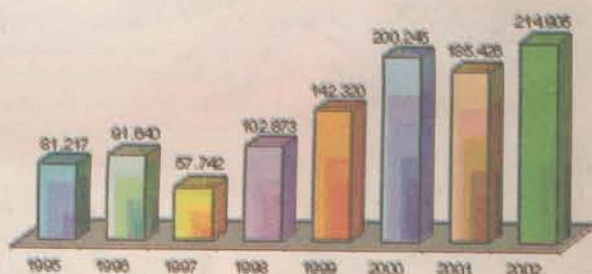
Com os estudos do Pedeg, constata-se também a hegemonia das linhas de crédito do Funcafé e Pronaf em relação às demais linhas de crédito rural, como Fina-me, MCR62, Procera, Proger Rural, CPR, Banco da Terra, Profruta e Moderfrota, dentre outras. No ano de 2001, 46,1% do montante contratado foi à conta do Funcafé e Pronaf; no ano de 2002, este percentual subiu para 64,8%.



Roberly Pereira

O crédito ajuda os agricultores a melhorar a qualidade dos produtos

Crédito Rural: Aplicação Total no ES - 1995-2002 (R\$ mil)



BNB JÁ APLICOU R\$ 122 MILHÕES

■ O Banco do Nordeste, apesar do pouco tempo de atuação no Estado, já aplicou no agronegócio do Espírito Santo recursos da ordem de R\$ 122 milhões, em 5,7 mil operações de crédito de 28 municípios incluídos na região da Sudene. A principal fonte de recursos disponível que atende aos segmentos rural, industrial, comercial e de prestação de serviços é o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), que beneficia grandes e médios produtores e empresários, mas seu foco principal são os mini e pequenos agentes produtivos, buscando ainda a estruturação das cadeias produtivas. O café tem sido a

atividade mais demandada, tendo em vista a necessidade de modernização e implantação dos sistemas de irrigação, principalmente por representar a principal atividade agrícola do Estado.

O BNB, presente em toda a área de atuação da Sudene, constituída da região Nordeste, do Norte do Espírito Santo (desde o segundo semestre de 999) e do Norte de Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha e do Mucuri, realiza ações voltadas para o desenvolvimento e a geração de emprego e renda, em consonância com as políticas dos governos Federal, Estadual e Municipal.

BANESTES JÁ INVESTIU R\$ 30 MILHÕES EM 2003

■ Nos primeiros dez meses de 2003, o Banestes já aplicou aproximadamente R\$ 30 milhões em custeio e investimento rural, sendo que, deste total, apenas R\$ 4 milhões são provenientes de recursos de repasse. Cerca de R\$ 26 milhões foram aplicados com recursos próprios do Banestes. Prevê-se ainda a aplicação de outros R\$ 5 milhões de recursos próprios, até o final desse ano; O banco criou recentemente, de forma inédita, o Crédito de Custeio Agropecuário

Rápido, que disponibiliza recursos de até R\$ 12 mil aos pequenos produtores rurais, sem burocracia, com prazo de pagamento de até 24 meses, e atendimento com agilidade. O Banestes firmou convênio com o Bndes, com a participação da Secretaria de Estado da Agricultura, com o objetivo de disponibilizar sua rede de atendimento ao Bndes, facilitando as aplicações de crédito rural do PRONAF, com recursos de repasse do Bndes, aos pequenos produtores rurais do Grupo "D".

BB LIDERA A APLICAÇÃO DE CRÉDITO

■ O Banco do Brasil continua sendo a instituição financeira com maior participação no volume aplicado no Estado. Com uma rede formada por 68 agências, o BB possui uma estrutura física que lhe garante a proximidade necessária para atender ao produtor

com crédito e uma série de produtos desenvolvidos especificamente para o segmento. Uma das características da atuação do Banco do Brasil no crédito rural nos últimos anos tem sido a diversificação das culturas atendidas. O café continua responsável pela maior

percentual do volume aplicado, mas o seu peso foi consideravelmente reduzido. Acompanhando o processo de expansão do agronegócio, o BB voltou seus olhos para as novas promessas que brotam do solo capixaba, como a fruticultura, o cultivo de hortaliças e a avicultura.

BANDES PRIORIZA

■ Com um volume de aplicações da ordem de R\$ 30 milhões, distribuídos em quase 1,3 mil operações de financiamento realizadas entre janeiro de 2002 a outubro de 2003, o Bndes destina, em percentual, quase 25% de seus recursos para o desenvolvimento do setor agropecuário do Espírito Santo. Dentro dos padrões americanos de classificação, esse percentual credenciaria o Bndes como um banco agrícola.

Atualmente, o Banco tem aberto novas frentes de aplicação de recursos, direcionando sua ação para a agricultura familiar, aproveitando-se da disponibilidade de recursos do Governo Federal, através do Pronaf. Desde janeiro de 2002, as aplicações de recursos da agricultura familiar correspondem a 53,6% de todos os recursos aplicados pelo Bndes na agricultura capixaba. Destaque-se que o Bndes trabalha com todas as linhas do Bndes para o setor rural, mas, além do Pronaf, as linhas que mais têm atraído o cliente rural são as linhas do Funres, que atendem a um segmento de agricultores com investimentos concentrados entre R\$ 20 mil a R\$ 100 mil, enquanto as linhas do Bndes, normalmente, atendem a investimentos acima desses patamares.

Agricultura ganha planejamento

O Pedeg foi elaborado em parceria com representantes dos diversos segmentos do agronegócio

O setor agrícola capixaba já dispõe de um Plano Estratégico. Trata-se do Pedeg - Plano Estratégico da Agricultura Capixaba, elaborado em parceria com os seus principais protagonistas: agricultores e lideranças rurais, especialistas, empresários, instituições públicas, privadas e da sociedade civil organizada, ligadas ao segmento.

Após sete meses de debates e estudos, o Pedeg ficou pronto. Esse planejamento sugere ações que visam a garantir a sustentabilidade econômica, social e ambiental das principais cadeias associadas ao agronegócio no Espírito Santo. Através do Pedeg, a Secretaria de Estado da Agricultura (Seag) pretende colocar-se como a instância de articulação, integração e coordenação das ações voltadas ao desenvolvimento da agricultura capixaba.

Conclusão

Neste quinto caderno, o jornal A GAZETA conclui sua edição especial sobre o Pedeg, abordando os temas horizontais, que tratam das questões comuns a todos os setores. São eles: educação rural, crédito rural, defesa, inspeção e vigilância, infra-estrutura e logística e solos e recursos hídricos.

"O Governo e a sociedade buscaram os rumos para o agronegócio estadual, ao com-

porem esse plano", comemora o secretário de Estado da Agricultura, Ricardo Ferraço. "Do ponto-de-vista da estrutura pública, a partir de agora estaremos elaborando os planejamentos e as implementações das ações institucionais dos diversos órgãos do Governo, tendo como base esse estudo orientador, que é o Pedeg".

"A estratégia de construção participativa do Pedeg nos dá a convicção de que as instituições privadas e a sociedade civil também estarão se utilizando dessa ferramenta. O compromisso com o desenvolvimento integrado e sustentável de nossa agricultura evitará paralelismos, sobreposições e desperdícios na aplicação de recursos no setor", afirma o Coordenador Geral do Pedeg, Enio Bergoli da Costa.

A Seag acredita que o Pedeg dará objetividade e também um horizonte mais longo às intervenções no setor agrícola capixaba, planejando a agricultura capixaba para os próximos 10 anos. Em meados de dezembro será lançado um documento síntese sobre todos os temas estudados durante a construção do Plano Estratégico da Agricultura Capixaba. Entretanto, os estudos completos já se encontram disponíveis para consulta no site www.inca-per.es.gov.br/pedeg.



Divulgação

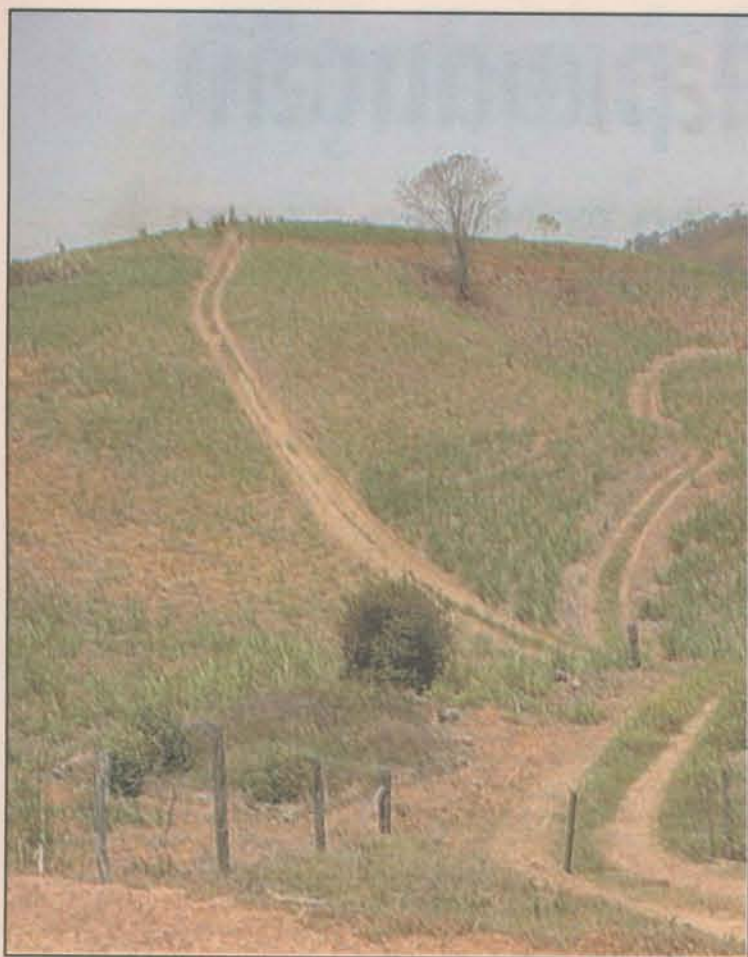
O Pedeg sugere ações que visam a garantir a sustentabilidade econômica, social e ambiental das principais cadeias associadas ao agronegócio no Espírito Santo

GRANDES DESAFIOS DO PEDEAG

- Elevar a renda do produtor através do aumento da produtividade e da melhoria da qualidade da produção
- Assegurar investimentos em logística, telefonia, energia, estradas, infra-estrutura hídrica e armazenagem
- Inserir o agricultor familiar no agronegócio, respeitando suas características históricas, culturais e de etnia.
- Convencer o "urbano" da importância do "rural" como parte importante da solução dos problemas urbanos (abastecimento, segurança alimentar, qualidade de vida e outros)

ESTRATÉGIAS E DIRETRIZES DO PEDEAG

- Pensar e agir integradamente, rompendo o corporativismo que historicamente viceja em organismos públicos e também em segmentos da sociedade.
- Buscar o desenvolvimento integrado e sustentável, que pressupõe o planejamento participativo, nas vertentes econômica, social e ambiental. Esse é o verdadeiro conceito da multifuncionalidade da terra, respeitando suas funções de produzir, gerar renda e emprego, acumular e preservar os recursos naturais.
- Visão de longo prazo, considerando a construção de um processo de planejamento em etapas sucessivas, onde todos serão chamados a participar, definindo-se, em conjunto, qual é a agricultura desejada para o Espírito Santo, num horizonte de uma década.
- Descentralização: não se concebem mais programas e ações de cima para baixo, desconsiderando as realidades regionais, as características e potencialidade microrregionais e as especificidades econômicas e sociais dos municípios e das comunidades rurais. Somente assim se assegurará a participação, a descentralização e o desenvolvimento.
- O papel do poder público: a Secretaria da Agricultura terá o papel de articulação, coordenação e facilitação do processo de desenvolvimento. A ele compete prover, das mais variadas formas, os chamados bens públicos produtivos, que necessariamente não se restringem ou estão restritos à administração pública, mas também poderão ser acionados pelo setor privado.
- Valorização das experiências bem-sucedidas, apostando-se nas experiências que já lograram ou estão logrando êxito. Numa expressão mais popular, não é pretensão "refazer a roda". Assim estarão sendo respeitadas as oportunidades já aproveitadas.
- Foco na agricultura familiar, justificado pelas características da estrutura fundiária estadual. A agricultura familiar dá sustentação econômica e também social a um grande contingente da população interiorana do Estado, ao mesmo tempo em que alimenta o restante da população urbana, gerando ainda excedentes exportáveis, em alguns casos até para o exterior.
- Agregação de valor, através do adensamento das cadeias produtivas e da incorporação de serviços aos produtos reforçando principalmente os arranjos produtivos locais.
- Melhoria da competitividade da agricultura capixaba, de forma a aumentar a sua participação no comércio interno e também internacional, que se apresentam cada vez mais exigentes em qualidade.
- Desenvolvimento de mercados para os produtos capixabas: o Espírito Santo necessita desenvolver mercados para os seus produtos. A pequena dimensão do mercado capixaba impõe essa necessidade.



A ocupação predatória do terreno causa prejuízos econômicos, sociais e ambientais, enquanto que o manejo correto melhora a produtividade e a longevidade das plantações, proporcionando o desenvolvimento sustentável do meio rural



Divulgação

Uso adequado protege a terra

As lavouras se tornam mais produtivas, gerando mais renda e empregos no campo

A ocupação do solo no Estado do Espírito Santo para o desenvolvimento de atividades agrícolas ocorreu de forma predatória em relação aos recursos naturais, através do desmatamento indiscriminado das áreas, sem o planejamento correto do uso do solo e sem a utilização de práticas conservacionistas adequadas.

Estes fatos têm trazido uma série de conseqüências econômicas e sociais ao produtor rural, ao setor público e a toda sociedade capixaba, como redução da área cultivada e da capacidade produtiva do solo, escassez de madeira, assoreamento de cursos d'água, enchentes, irregularidade no fluxo d'água, poluição física d'água, destruição de estradas, dentre outros.

A degradação do solo nas áreas agrícolas no Estado concentra-se nas atividades de pastagens e de café. Segundo estimativas feitas pela Secretaria de Agricultura, existem cerca

de 600 mil hectares de solos degradados no Estado. Atualmente, esta área deve ser maior em função do aumento nos níveis de degradação, principalmente em pastagem.

Nas lavouras de café, os principais problemas ocorrem devido à erosão causada principalmente pelo uso de áreas íngremes, excesso de capinas, plantios antigos com baixa densidade e baixo uso de práticas conservacionistas eficientes.

Pastagens

Nas áreas de pastagens, a degradação do solo ocorre principalmente em função da compactação do solo provocada pela implantação incorreta da pastagem plantada (uso de forrageiras inadequadas, baixo uso de corretivos, plantio morro abaixo) e manejo inadequado relativo à alta taxa de lotação, havendo excessivo pastejo e pisoteio pelo gado bovino. Destaca-se também a intensa erosão que ocorre durante o

processo de formação ou renovação da pastagem, quando o preparo do solo é feito no sentido do declive (morro abaixo).

Em condições localizadas, as atividades olerícolas têm provocado acentuada erosão em áreas de relevo acidentado, devido, principalmente, ao preparo do solo e disposição dos canchais no sentido do declive e dimensionamento inadequado da irrigação.

As estradas também são um dos principais agentes de degradação do solo agrícola, servindo de foco inicial para a erosão que se espalha pela lavoura e termina com o assoreamento dos canais d'água e reservatórios. O inverso também é verdadeiro na medida em que a erosão nas áreas agrícolas danifica as estradas. O estado ruim das estradas, principalmente no período chuvoso, deve-se, basicamente, à carência de obras complementares que tenham por finalidade minimizar a velocidade das enxurradas.

Na região norte, onde se concentram os solos de tabuleiros, os principais problemas referem-se à compactação natural do solo, influenciada pelo uso de moto-mecanização pesada.

Entre os fatores que influenciam na degradação do solo, o manejo é um dos mais importantes, pois implica uma seqüência de operações que envolvem escolha da planta e área a ser cultivada, dos sistemas de plantio, dos tratamentos culturais, entre outras. O manejo, além de atuar efetivamente no processo degradativo, é segura-

mente aquele que mais pode ser modificado pelo agricultor.

Dentre os inúmeros benefícios que podem ser trazidos pela recuperação e conservação dos solos, destacam-se os seguintes: aumento da produtividade e da área disponível para uso agrícola, redução no custo de manutenção das estradas, maior período de disponibilidade de água nas épocas secas, redução do assoreamento dos mananciais e cursos de água, diminuição da intensidade e frequência de enchentes e secas.

ESPECIAL

Coordenador de Cadernos Especiais
José Carlos Corrêa
jccorrea@redgazeta.com.br

Publicidade
Vitória: (27) 3321-8346
Cachoeiro: (28) 3522-8705 - (28) 3522-8544
Colatina: (27) 3721-0882 - (27) 3721-4979
Linhares: (27) 3371-0408 - (27) 3371-4118
Guarapari: (27) 3361-1835 - (27) 3362-0448
S. Mateus: (27) 3763-2567 - (27) 3763-1833

Editor
Paulo Maia
pmaia@redgazeta.com.br
Editor de Arte
Paulo Nascimento
Diagramador
Alialba Custódio

AJ00351-3

Água é garantia de produção

70% do consumo de água são utilizados na irrigação de lavouras

Devido a sua importância na sobrevivência da espécie humana, a água constitui-se no principal insumo da vida e, no meio rural, continua sendo o principal fator para o sucesso da produção agrícola.

Estudos demonstram que a seca no Estado ocorre de forma cíclica, isto é, acontece aleatoriamente ao longo de uma série histórica. Demonstram também que os totais anuais de chuva não têm diminuído nos últimos anos. Um fato comum em todas as localidades estudadas é que 1963 foi o ano em que a seca ocorreu de forma mais intensa.

Conforme o Plano Estratégico da Agricultura Capixaba (Pedeg), da Secretaria de Estado da Agricultura (Seag), o desmatamento indiscriminado com posterior uso do solo, sem alocação adequada dos cultivos e sem a utilização de práticas conservacionistas eficientes, tem causado degradação dos solos, refletindo negativamente na quantidade e na qualidade da água.

Irrigação

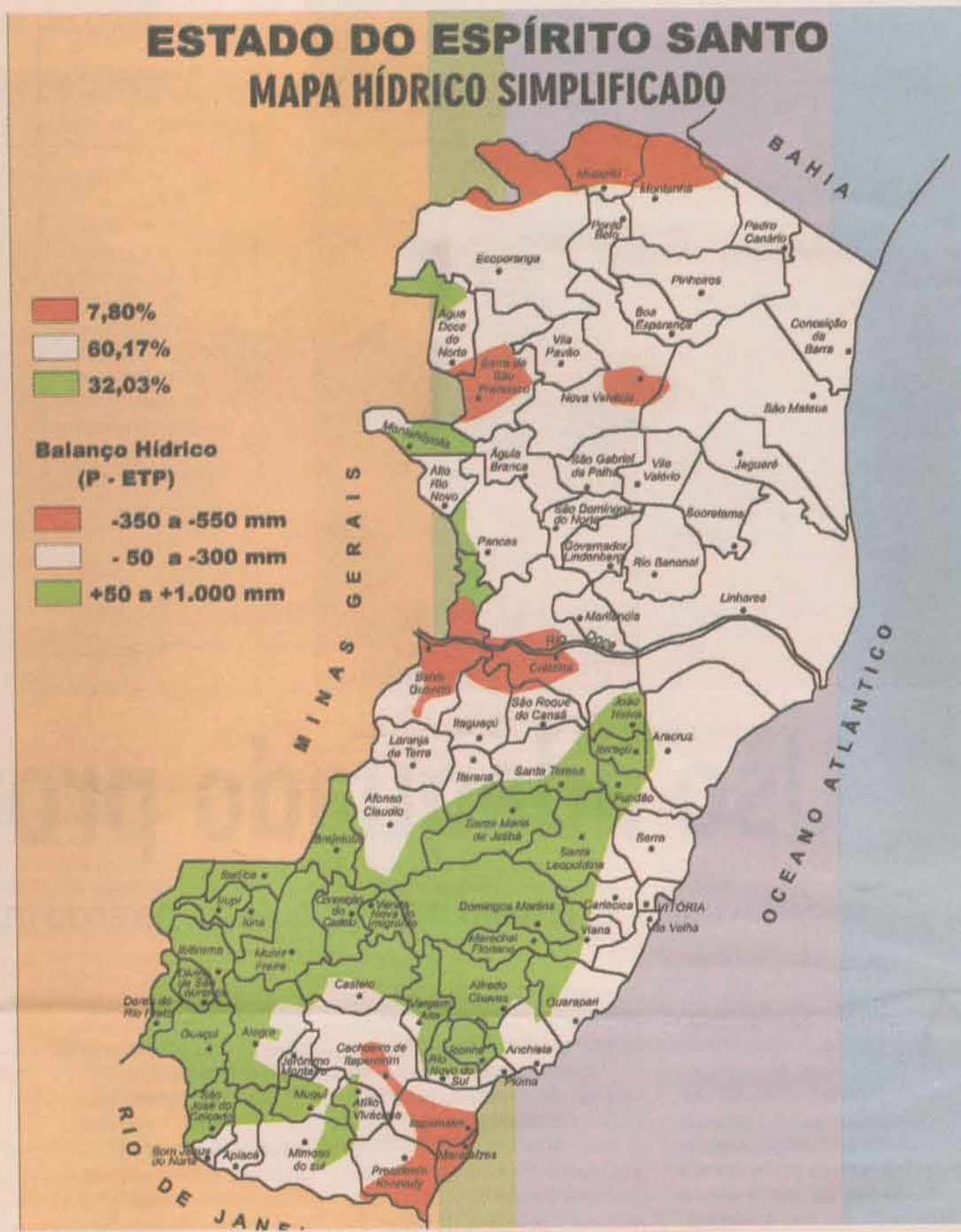
Os principais consumidores de água são a agricultura, a indústria e o uso doméstico. Nos últimos anos, a demanda de consumo em todos esses setores aumentou muito. A irrigação é a que apresenta maior demanda, com cerca de 70% de toda a água consumida. A área irrigada aumentou em cerca de 3,5 vezes nos últimos anos, passando de 43 mil hectares, no final da década de 80, em função de crédito subsidiado e programas de incentivos go-

vernamentais, para cerca de 150 mil hectares atualmente, ocupando cerca de 20% da área com lavoura, em 25% das propriedades rurais.

A conscientização da necessidade da irrigação está cada vez mais presente no meio rural, sendo este fato de extrema importância, porque essa tecnologia, além de aumentar a produtividade e reduzir os riscos de produção, movimenta toda a cadeia de produção rural (insumos, equipamentos, transporte, armazenagem, comercialização), gerando riqueza e empregos.

No Estado, o melhor exemplo de avanço tecnológico é a cidade de Pinheiros, que cresceu rapidamente, a partir da década de 80, em função, principalmente, da irrigação. Essa tecnologia tem permitido alcançar elevados níveis de produtividade de vários produtos agrícolas, tornando, assim, a agricultura capixaba cada vez mais competitiva.

Existem no Estado, mais de 800 mil hectares de áreas potenciais para irrigação, cerca de cinco vezes mais que a área atual. No entanto, não existe, na condição natural, água suficiente para irrigar toda essa área. A rede hídrica rural, especialmente na região norte, onde esta deficiência é maior, apesar de possuir grandes mananciais, acha-se concentrada em alguns locais: Fora desses grandes mananciais, existem pequenos cursos d'água dispersos em todas as regiões, que não têm vazão suficiente para atender às múltiplas demandas, gerando, em algumas ocasiões, conflito de uso pela água.



PROBLEMAS HÍDRICOS

- Solo degradado - pouca infiltração, alto escoamento superficial e alta erosão que ocasiona assoreamento dos leitos dos rios e irregularidade das vazões, isto é, enchentes frequentes nas épocas das chuvas e seca precoce e mais severa nas épocas de baixa precipitação.
- Escassez de água para irrigação - água concentrada em grandes mananciais e pequenos

- cursos dispersos com pouca água. Manejo inadequado da irrigação (consumo no mesmo horário, equipamentos não adequados, mal dimensionados e desperdícios de água e energia, entre outros).
- Barragens - Muitas obras realizadas não possuem projeto técnico e nem dispositivo de controle de saída de água. Existência de poucas informações atualizadas e adequadas às

condições naturais do Estado, especialmente da região norte, que dão base para elaboração de projetos e manejo de irrigação.

As políticas nacional e estadual de recursos hídricos trouxeram novidades que democratizam e valorizam o uso da água e têm como princípios básicos:

- A água é um bem de domínio público

- A água é recurso natural limitado, dotado de valor econômico
- A gestão dos recursos hídricos deve proporcionar o uso múltiplo das águas
- A gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e com a participação do poder público, dos usuários e da comunidade
- A bacia hidrográfica é a unidade físico-territorial de planejamento,

- gerenciamento e enquadramento das águas
- O acesso às águas é direito de todos, desde que não comprometa sua disponibilidade e qualidade, de acordo com os padrões estabelecidos e a prioridade para abastecimento público
- Em situações de escassez, são usos prioritários da água o consumo humano e a dessedentação de animais

Cobrança de água gera polêmica

AJ00351-5 Em alguns Estados e países, o serviço é cobrado, mas os agricultores têm retorno do poder público

A legislação estadual de recursos hídricos, que se encontra em via de regulamentação, tem provocado polêmica ao apresentar a possibilidade de pagamento pelo uso da água na agricultura. Os defensores do pagamento alegam que tal procedimento é adotado em países da Europa e em alguns Estados do Brasil como Ceará, em pólos de irrigação como Petrolina/Juazeiro, em municípios pertencentes a Pernambuco, Bahia e na região do Jaíba, em Minas Gerais.

As informações disponíveis dão conta de que na Europa e em todos os lugares citados, o poder público construiu uma infra-estrutura de captação, armazenamento e distribuição de água, muitas vezes pressurizada, o suficiente para atender às necessidades dos produtores rurais. Dessa forma, mesmo pagando pela água da irrigação, o produtor tem seu custo inferior ao tradicional, porque tem reduzidas as despesas com energia elétrica e outros itens que mais pesam na agricultura irrigada.

Disciplina

Além disso, os países europeus ainda oferecem a infra-estrutura de irrigação, subsidiam a agricultura, do plantio à comercialização.



Léo Júnior

Os agricultores são obrigados a fazer altos investimentos para conseguir irrigar suas lavouras de maneira eficiente. A cobrança pelo uso da água deve vir acompanhada de infra-estrutura

De acordo com o Pedeg, existem outros dispositivos relacionados ao licenciamento, concessão ou outorga para uso da água, que são suficientes para o seu disciplinamento num primeiro momento da implantação da lei, ficando a cobrança

para um estágio mais avançado da política de recursos hídricos, a partir de um amplo processo de discussão com a categoria de produtores rurais.

Defende-se que haja um rígido sistema de fiscalização e controle na construção de obras

hidráulicas e do disciplinamento do uso da água para irrigação, adotando-se procedimentos necessários (técnicos e legais) com vistas à minimização dos impactos ambientais e adotando-se técnicas que visem à economia e conservação dos re-

ursos hídricos.

É necessário ressaltar que a própria lei já possui um dispositivo que isenta de outorga e cobrança pequenas derivações (consumo insignificante), a serem definidas na regulamentação do setor. Nesse sentido, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que possui em sua composição vários integrantes ligados ao setor agrícola, terá papel de extrema relevância na definição e detalhamento necessário à operacionalização da lei. Cabe à sociedade acompanhar e cobrar dos seus representantes a utilização de mecanismos que protejam o meio ambiente e que assegurem a tão necessária produção agrícola sem punir o produtor rural com custos adicionais.

Desafio

O grande desafio é encontrar caminhos para reverter as tendências sombrias de escassez hídrica, desenvolvendo atividades no sentido da recuperação, conservação e manejo adequado dos componentes dos recursos naturais (água, solo, floresta).

É preciso, também, estimular o uso de tecnologias adaptadas às condições naturais, de modo a amenizar os efeitos danosos das adversidades climáticas, mas também possibilitar o uso da água em projetos de irrigação.

AÇÕES

- Promover o treinamento de técnicos, produtores e lideranças municipais sobre uso e conservação do solo e água, prioritariamente nos seguintes temas: renovação e manejo de pastagem, controle de erosão em café, adequação de estradas rurais, reflorestamento de encostas e nascentes, manejo da irrigação e construção de barragens
- Elaborar e rever leis sobre conservação do solo, enfocando o controle do preparo do solo para fins agrícolas

- Divulgar a legislação ambiental no meio rural
- Gerar e/ou adaptar conhecimentos e tecnologias e assistência técnica e extensão rural na área de recursos hídricos e conservação do solo, enfocando técnicas adequadas de uso do solo e manejo da irrigação, que racionalizem o uso da água e constituam-se alternativas de convivência com a seca
- Desenvolver um programa florestal integrando o setor público e o privado, contemplando

tanto a floresta de produção, com a finalidade de recuperar o solo agricultável de forma econômica, como as florestas ambientais para preservação, tendo como foco a proteção das nascentes

- Realizar estudos e pesquisas sobre informações hidroclimáticas adequadas às condições naturais do Estado, focando a região norte
- Automatizar as estações climatológicas com a

finalidade de fornecer informações mais precisas e de forma mais ágil

- Adequar gradativamente os sistemas de irrigação, utilizando preferencialmente os que consomem menos água e energia
- Revisar o decreto nº 4.449 de 13/07/99, que regulamenta a construção de obras de armazenamento d'água
- Promover a construção de barragens de médio e grande porte para uso coletivo, principalmente para atendimento à

demanda de água para irrigação

■ Construir pequenas barragens em locais de propriedade com fluxo intermitente de água (cabeceiras de nascentes), com a finalidade de regularizar o fluxo da água

■ Criar uma rede de adução de água, através de transposição de cursos de água, no sentido de transferi-la de local de elevada vazão para locais de baixa vazão e alta demanda ("reforma aquíria").

Estado fiscaliza divisas para conter pragas

A eficiência da Defesa Sanitária Vegetal pode reduzir o uso de agrotóxicos

O crescimento populacional e a conseqüente demanda por alimentos têm feito com que o homem procure melhorar a produtividade das culturas e também ocupe novos espaços para a agricultura. Isso tem provocado uma concentração de áreas homogêneas de produção de alimentos, ocasionando o surgimento de novas pragas.

Para combater este inimigo, são utilizados cada vez mais produtos químicos nas lavouras e isto tem trazido conseqüências graves, pois além de não resolver totalmente o problema, provoca o surgimento de novas pragas, ainda mais resistentes. O aumento do uso de agrotóxicos, além de aumentar os custos de produção, compromete a qualidade dos produtos locais.

Defesa

Para garantir a restrição de entrada e trânsito de produtos vegetais que possam transmitir ou disseminar pragas ainda não existentes no Estado do Espírito Santo é que existe o trabalho da Defesa Sanitária e Inspeção Vegetal, desenvolvido pelo Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (Idaf).

Para isso, o Idaf conta com uma estrutura composta de um escritório central, quatro escritórios regionais, 24 locais, 53 postos de atendimento, seis postos fixos de fiscalização interestadual, quatro equipes volantes nas divisas dos Estados, checando os documentos fitossanitários e as cargas que procedem dos demais Estados do Brasil.

Quando é constatada alguma irregularidade, o veículo é impedido de entrar no Estado e, caso já tenha ultrapassado as barreiras, os produtos são incinerados, evitando-se assim a introdução e disseminação de novas pragas no Estado. Esta atividade é executada pelos escritórios do Idaf no Espírito Santo.

Caso haja introdução de uma nova praga no Estado, cabe à Defesa Sanitária Vegetal monitorar as



A fiscalização do Idaf se esforça para controlar todos os produtos agrícolas em trânsito no ES

Valter Monteiro

áreas de produção para identificação, dimensionamento e as imediatas medidas de erradicação. Essas ações são executadas em sintonia com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural (Incaper).

Os programas de atenção à saúde vegetal visam o controle e erradicação de pragas, bem como o controle do trânsito de produtos de origem vegetal, objetivando a proteção da agricultura capixaba contra pragas quarentenárias, presentes em outros Estados do Brasil, que ainda não contam com um controle químico eficaz e causam enormes prejuízos ao homem do campo, impedindo a exportação de uma série de produtos: citros, mamão, banana, goiaba, mudas

de café e maracujá.

Animal

Além da defesa vegetal, também há a Defesa Sanitária Animal. No Estado há um programa de defesa animal que contempla sete enfermidades: febre aftosa, peste suína clássica, raiva dos herbívoros, brucelose, tuberculose, anemia infecciosa equina e newcastle. No momento, duas encontram-se erradicadas - a febre aftosa, com reconhecimento internacional (OIE) e a peste suína clássica, com reconhecimento nacional. As demais estão em fase de controle ou erradicação.

Na esfera da inspeção e fiscalização industrial e sanitária dos produtos de origem animal, o órgão atua permanentemente em

105 estabelecimentos registrados, dentre matadouros de bovinos, suínos e aves e, de forma periódica, nos laticínios, entrepostos de carnes e fábricas de conservas, efetuando um monitoramento através da colheita de amostras para a realização de análise em laboratórios.

Entretanto, ainda existem problemas relativos ao abate clandestino de animais e à infra-estrutura de abate e comercialização, sobretudo em nível municipal. Além disso, há outros obstáculos ao trabalho de defesa, inspeção e vigilância, como a deficiência de recursos humanos efetivos nos quadros públicos exercendo essas funções, conforme diagnóstico do Plano Estratégico da Agricultura Capixaba (Pedeag).

AÇÕES PREVISTAS

- Efetiva execução de inspeção e fiscalização industrial e sanitária em estabelecimentos registrados no SIE
- Reativação do Programa Estadual do Novilho Precoce
- Efetivação do cadastro de frigorífico credenciado para tipificação e classificação de carcaças
- Combate ao abate clandestino de animais, visando à sua redução e eliminação
- Regularização e adequação dos matadouros, sob a ótica regional
- Implantação de entrepostos de carnes em municípios satélites
- Efetivação, em todo território estadual, do SISBOV, visando à qualidade em toda a cadeia produtiva pecuária (rastreadibilidade)

SISBOV - O QUE É

- O sistema brasileiro de rastreabilidade, conhecido como Sisbov (Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina), criado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ainda em fase de viabilização, será um instrumento fundamental para a garantia da segurança alimentar da população local e de outros países para os quais o Brasil exporta carne. O processo consiste em identificar, através de um número ou código, o animal ou grupo de animais que deram origem à carne, e o país e estabelecimento onde ocorreu o abate e a desossa. O Brasil, como país que deverá assumir a liderança mundial da produção de carne bovina nos próximos anos, precisa viabilizar o mais rapidamente possível a sua implantação.

Vigilância reduz riscos à saúde

A vigilância sanitária é entendida como o conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse à saúde, abrangendo controle de bens de consumo e da prestação de serviços que se relacionem direta ou indiretamente com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo.

A Secretaria de Estado da Saúde exerce as ações de vigilância no Estado, baseadas em legislações federal e estadual vigentes, exceto aquelas específicas para agroindústrias artesanais, tendo em vista a publicação da Lei

6.925, publicada no Diário Oficial do Espírito Santo, em 17 de dezembro de 2001, que dispõe sobre as normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos agroindustriais comestíveis de origens animal e vegetal no Estado, a qual dá competência à Secretaria de Estado da Agricultura para o exercício da função.

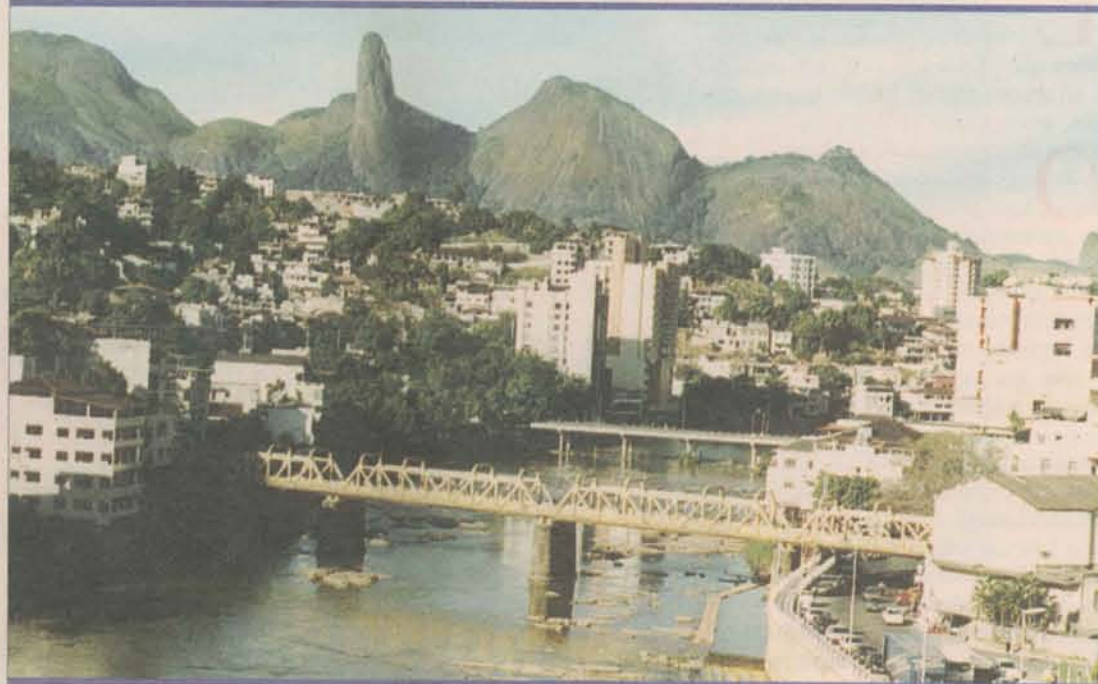
DEFICIÊNCIAS

- Produtos comestíveis comercializados sem a devida inspeção, padronização de rotulagem e/ou de qualidade duvidosa
- Carência de pessoal para execução dos serviços

PRINCIPAIS AÇÕES

- Efetivar o controle quanto à comercialização de produtos agropecuários, pesqueiros e dos alimentos e produtos de consumo infantil;
- Garantir o enquadramento de sucos, polpas de fruta, água de coco e similares na legislação para agroindústria artesanal;
- Regularizar parceria entre as Secretarias de Estado da Agricultura e da Saúde para a fiscalização de produtos da agroindústria artesanal;
- Apresentar "Laudo de Vistoria Sanitária" para solicitação de "Alvará de Autorização de Funcionamento" junto às prefeituras;
- Implantar e estruturar e credenciar laboratórios de saúde pública para atender à vigilância sanitária;
- Divulgar, junto ao público consumidor, a situação dos estabelecimentos, serviços e produtos de interesse da saúde;
- Divulgar o papel da vigilância sanitária junto à sociedade;
- Promover e executar ações educativas;
- Orientar os estabelecimentos fiscalizados com relação a normas, leis e boas práticas de fabricação de produtos;
- Desenvolver programas de treinamento dirigidos a manipuladores de alimentos;
- Implantar e disponibilizar sistema de consulta para facilitar o acesso a informações sobre produtos alimentícios para as vigilâncias estaduais ou a sociedade.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM REFERÊNCIA EM SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL



Hoje, a principal cidade do sul capixaba é um exemplo em saneamento básico para o Brasil.

O Projeto Água, executado em dois anos, e o Rio Vida, programa que está fazendo da cidade uma das primeiras do país com esgoto tratado para todos os bairros, demonstram o sucesso da parceria entre a iniciativa privada e o poder público na resolução de graves problemas nacionais de saúde e meio ambiente: ausência de tratamento de esgoto, graves deficiências na distribuição e tratamento de água.

Cachoeiro foi o primeiro município capixaba a conceder seu sistema de saneamento básico a iniciativa privada. A Citágua, que assumiu a concessão em julho de 1998, está investindo R\$ 50 milhões para fazer de Cachoeiro um modelo para o setor.

Ótimo para os cachoeirenses. Ótima solução para todos os brasileiros.



www.citagua.com.br



Estado tem potencial logístico

4J00351-8

Uma série de fatores proporciona ao Estado melhores condições de competitividade em vários segmentos

Logística refere-se ao processo de planejar, implementar e controlar de maneira eficiente e eficaz o fluxo e a armazenagem de bens e serviços, assim como as informações a eles relacionadas, desde o ponto de origem até o ponto de consumo, com propósito de atender às necessidades dos clientes e otimizar custos. A qualidade da infra-estrutura é fundamental nesse processo, formando o capital logístico de uma região.

Por sua localização e características, o Estado do Espírito Santo possui um grande potencial de crescimento para o capital logístico, que é fundamental para o desenvolvimento. Esse capital logístico apresenta-se, principalmente, na qualidade da infra-estrutura; na disponibilidade de água, energia e sistema de telecomunicação; na qualidade da infra-estrutura rodoviária, ferroviária e aérea; na qualidade do setor de transporte; na disponibilidade de armazéns e na qualidade da infra-estrutura portuária.



Arquivo AG

A eletrificação contribui para a evolução econômica das propriedades rurais, propiciando melhor qualidade de vida ao homem do campo

Vantagens

Esse potencial logístico é favorecido pela posição geográfica privilegiada do Estado, que faz limite com a Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Isso permite alcançar rapidamente os principais mercados do País. Em um raio de 1000 km de Vitória encontra-se cerca de 71% do PIB nacional.

Além disso, o complexo portuário capixaba agrupa seis portos que são especializados em carga e descarga de grãos, grãos, celulose, automóveis e

açó, sendo considerado um dos mais eficientes do País.

Conforme detectou o Plano Estratégico da Agricultura Capixaba (Pedeag), da Secretaria de Estado da Agricultura (Seag), um dos problemas de infra-estrutura do Espírito Santo encontra-se na energia. O Estado situa-se na ponta-de-linha do Sistema Integrado Centro-Oeste/Sul/Sudeste, gerando no seu território menos de 20% de suas necessidades.

O Espírito Santo está interliga-

do por uma eficiente malha ferroviária. A malha estadual é constituída por trechos pertencentes à Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM) e também à Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), que liga o Estado ao Sul do País através da linha tronco Rio de Janeiro-Vitória, ambas da CVRD.

A EFVM conecta o Espírito Santo à região Centro-Oeste e integra o Corredor de Transporte Centro-Leste, sendo considerada uma das mais eficientes ferrovias do mundo.

Existem hoje, no Estado, 2.961 empresas voltadas para o transporte e suas atividades auxiliares. Deste total, cerca de 70% são empresas de transporte terrestre, confirmando a larga utilização deste tipo de transporte não só no Espírito Santo, mas como em todo Brasil.

Portanto, como decorrência da qualidade de seu parque logístico, o Espírito Santo transformou-se num dos mais importantes centros logísticos do País, possibilitando aos usuários menores custos em suas

operações comerciais. Apesar disso, o Estado se defronta com o problema de utilizar o sistema portuário e ferroviário para o escoamento e principalmente exportação de produtos agrícolas classificados como não-commodities, ou seja, mercadorias produzidas em pequenos lotes.

Um dos exemplos mais contundentes desse viés infra-estrutural e logístico está na fruticultura, que ainda não consegue utilizar tais vantagens para exportar os seus produtos, como o mamão e outros produtos industrializados.

PRINCIPAIS DEMANDAS

- Pavimentação e conservação a malha viária existente
- Ampliação dos programas de eletrificação e de telefonia
- Adequação da infra-estrutura portuária, aérea, ferroviária e rodoviária (rodovias estaduais)
- Criação de infra-estrutura com câmaras frias que atendam à

exportação

- Utilização e adequação da Ceasa e hortomercado para atender melhor o setor e criar outras estruturas de distribuição
- Construção de quebra-mar e piers para serviços de manutenção e desembarque do pescado
- Dragagem de canais
- Balizamento dos canais navegáveis

LOGÍSTICA NA AGRICULTURA FAMILIAR

- Por envolver muitos produtos perecíveis, a logística se constitui em ferramenta indispensável para a agricultura familiar. O diferencial competitivo dos produtos alimentares não está só na qualidade dos produtos e serviços, mas também na adoção de processos logísticos que respeitem cronogramas pré-

estabelecidos, garantindo a chegada do produto no tempo previsto e na condição exigida pelo cliente. Através da logística, será possível eliminar ineficiências, incompetências, disfunções, desperdícios, processos e etapas que não agreguem valor (desde o suprimento dos insumos até a colocação

do produto final), permitindo que os pequenos negócios agrícolas dêem saltos de competitividade. O uso de tecnologias de ponta, como informática, capacitação gerencial, associação em cooperativas, entre outros, é fundamental para o bom desempenho logístico.



Roberly Pereira

O sistema diferenciado prevê que os alunos fiquem um período na escola e outro no ambiente familiar, onde aplicam os novos conhecimentos

Educação diferenciada é destaque

O modelo da Pedagogia de Alternância foi introduzido no Estado no final da década de 60, nas escolas-famílias

Embora a educação rural no Estado também esbarre na problemática vivenciada pelo setor em todo o País, há que se comemorar o destaque do Estado, no cenário nacional, com bem-sucedidas experiências de uma educação do campo/rural diferenciada, detendo, inclusive, o pioneirismo na introdução no Brasil, no final da década de 60, do modelo de escola que adota a Pedagogia da Alternância, através das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (Mepes), que acabou exercendo forte influência e tendo papel preponderante na formatação do quadro atual.

Desde sua origem, estas escolas diferenciadas das convencionais resultaram de parcerias entre entidades do meio rural, nu-

ma co-responsabilidade entre associações, escolas e comunidades. Tais instituições educativas construíram uma educação inovadora de qualidade, comprometida, principalmente, com o homem do campo, tornando-se conhecidas e reconhecidas pelo trabalho diferenciado.

Alternância

Excluindo as Escolas Agrícolas Federais e os Centros Estaduais Integrados de Educação Rural (Ceiers), todas as outras adotam a Pedagogia da Alternância, cujo projeto pedagógico está sustentado por quatro pilares: 1) autonomia filosófica, administrativa e gerencial, integrando escola, família e comunidade; 2) metodologia pedagógica específica: a Alternância Integrativa, alternando momentos no ambiente escolar e momentos no ambiente fami-

liar comunitário; 3) educação e formação integral da pessoa, considerando as várias dimensões da natureza humana; 4) busca do desenvolvimento local sustentável, através da formação dos jovens, suas famílias e demais atores envolvidos, tendo como enfoque principal o fortalecimento da agricultura familiar e inserção profissional e empreendedora dos jovens no meio rural.

De acordo com o Plano Estratégico da Agricultura Capixaba (Pedeag), da Secretaria de Estado da Agricultura (Seag), trata-se de um projeto educativo que assegura aos jovens uma formação integral que abrange aspectos profissional, intelectual, social e espiritual, qualificando-os para continuarem os estudos ou para assumirem, de imediato, sua vida de empreendedores na propriedade da família ou fora dela.

A Pedagogia da Alternância representa um instrumento de transformação da realidade e promoção do meio rural, cujo modelo pedagógico apresenta os seguintes benefícios diretos: provoca transformações positivas, não só em seus alunos, mas, em suas comunidades de origem; valoriza a exploração da terra pela mão-de-obra familiar, em bases sustentáveis; o resgate de laços familiares e valores culturais, religiosos e éticos e, sobretudo, gestão democrática e solidariedade entre agricultores, famílias e comunidades; a frequência periódica do aluno, alternada entre escola e família/comunidade ajuda diminuir as taxas de evasão escolar, evitando a perda da mão-de-obra suplementar representada pelos filhos dos agricultores, como ocorrem nos longos períodos letivos na escola tradicional; o monitor, diferentemente

dos professores das escolas tradicionais, exerce funções múltiplas, sendo, ao mesmo tempo, tutor, técnico, educador, animador de processos, além de estimulador de diálogo entre pais, jovens e parceiros; e ainda evita o indesejável deslocamento das crianças do campo para as cidades, através das frotas municipais de ônibus, comprovadamente de baixa eficácia econômica.

Vale ressaltar que vários Estados brasileiros já dispõem de legislação que ampara a Pedagogia da Alternância, a começar pelo Espírito Santo, como berço desta pedagogia no Brasil, em que o artigo 281 da Constituição Estadual/1989, regulamentado pela Lei Estadual 4.523, equipara as Escolas Famílias Agrícolas do Mepes às Escolas Públicas Estaduais, para efeito de alocação de recursos do orçamento estadual na Educação.